

fatizando-se a indispensabilidade de medidas enérgicas, prontas e sanadoras das falhas indicadas, bem como de procedimentos correccionais com respondentes às faltas cometidas. Voto, portanto, no sentido de oficializar a mencionada Autoridade, anexando cópia do Relatório, e consignando que fatos como os nele noticiados e que diminuem, gradatamente, a credibilidade da Justiça Criminal; daí porque não podem, nem devem, alheiar-se a eles, os órgãos Superiores da Administração da Justiça. E, destarte, submeto-o à elevada apreciação dos eminentes Senhores Conselheiros". Decisão-CNCP: Pela aprovação unânime. g) Ofício S/M., de 23.09.87 - Assunto: A Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, encaminha sugestões de alterações da Parte Geral do Código Penal (Lei n. 7.209, de 11 de julho de 1984) e da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984), a fim de que possam dar origem a anteprojeto de lei. VOTO: pelo arquivamento. Decisão-CNCP: pela aprovação unânime. Pela Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, foi relatado o Ofício N.º 234/87-OAB-PE, cujo assunto versa sobre Assistência Judiciária, Direitos Humanos e Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco. Parecer: Face a amplitude e a diversificação do projeto examinado, a relatora opinou pelo desdobramento dos temas, atualização de custo e entendimento prévio com a Secretaria de Justiça daquele Estado. Decisão-CNCP: Pela aprovação unânime. II- Arma de Fogo e Munição: por solicitação do Presidente, o Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, elaborou anteprojeto de lei pertinente ao tema recém grifado para exame do Egrégio Conselho. III- Transferência de presos motivada por indisciplina, motim e tentativa de fuga - Consultado o CNCP sobre o tema em questão, pelo Diretor da Penitenciária de Aracaju/SE, o Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, sugeriu que "Nos casos de urgência, a transferência de presos de uma unidade prisional para outra deva ser realizada independentemente de autorização judicial, devendo no entanto, ser submetida, posteriormente, à consideração de Juiz competente (Juiz de Execuções Criminais ou, em sua ausência, o Juiz da sentença)". Decisão-CNCP: pela aprovação unânime e encaminhamento de resposta ao órgão consultante. IV- Extra pauta - Pelo Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LÊAO, foi informado que recentemente fora eleito Pró-Reitor para Assuntos Culturais da Universidade Federal do Estado de Pernambuco. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

(Of. n.º 25/88)

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores

PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1987

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores" no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo item III, do artigo 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ n.º 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

N.º 115 - Conceder autorização para compra de armas e munições à Empresa AV. ACADEMIA DE VIGILANTES LTDA (Processo MJ n.º 08280-1.274/87); CGC n.º 00.744.987/0001-59, especializada em curso de formação de vigilantes, conforme Portaria MJ n.º 036 de 06 de fevereiro de 1987, em estabelecimento comercial no Distrito Federal. As armas nas quantidades abaixo mencionadas, destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Distrito Federal, devendo o Departamento de Polícia Federal, cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto n.º 89.056, de 24 de novembro de 1983:

- 03 revólveres calibre 38;
- 03 revólveres calibre 22;
- 4.500 cartuchos calibre 38; e
- 7.500 cartuchos calibre 22, de fabricação nacional.

(N.º 21.192 - 03-03-88 - CZ\$ 6.552,00) KURT PESSEK

PORTARIAS DE 12 DE FEVEREIRO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ n.º 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

N.º 46 - Conceder autorização para funcionamento à empresa RAFA - SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, (Proc. MJ n.º 08270-2282/87), CGC n.º 11.802.089/0001-26, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado do Ceará.

(N.º 21.311 - 03-03-88 - CZ\$ 3.640,00)

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ n.º 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

N.º 49 - Conceder autorização para compra de armas e munições à empresa NACIONAL VIGILÂNCIA S/C LTDA, (Proc. MJ n.º 08385-2893/87); CGC n.º 78.163.433/0001-55, especializada em prestação de serviços de vigilância,

conforme Portaria MJ n.º 319, de 09 de dezembro de 1987; em estabelecimento comercial no Estado do PARANÁ. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado do PARANÁ, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto n.º 89.056, de 24 de novembro de 1983:

- 10 revólveres calibre 38, e
- 120 cartuchos calibre 38, de fabricação nacional

(N.º 21.164 - 03-03-88 - CZ\$ 5.824,00) KURT PESSEK

PORTARIA DE 18 FEVEREIRO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ n.º 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

N.º 57 - Conceder autorização para funcionamento à empresa ESV - EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA S/A, (Proc. MJ n.º 08385-4769/87); CGC n.º 80.368.368/0001-46, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado do PARANÁ.

(N.º 21.176 - 03-03-88 - CZ\$ 3.640,00) KURT PESSEK

PORTARIA N.º 73, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso IV, do artigo 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ n.º 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Considerando que a Comissão de Vistoria da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de GOIÁS - CV/SR/DPF/GO concluiu, através do Parecer emitido em 02 de julho de 1987, entranhado ao Processo MJ n.º 8.200 - 6.530/87, que a empresa RIOFORTE SERVIÇOS TÉCNICOS S.A. estabelecida à Rua 59-A, n.º 630 - Setor Aeropor to, Goiânia-GO, contrariou dispositivo da Lei Federal n.º 7.102/83, de 20 de junho de 1983, regulamentada pelo Decreto n.º 89.056, de 24 de novembro de 1983, com a prática da seguinte irregularidade:

- transferência de 40 (quarenta) armas de uma Unidade da Federação para outra (Distrito Federal para Goiás), sem a autorização prévia da Comissão de Vistoria da SR/DPF/DF.

Aplicar à empresa RIOFORTE SERVIÇOS TÉCNICOS S.A multa de 10 (dez) vezes o maior valor de referência, em consonância com o disposto no inciso II, do artigo 23 da Lei n.º 7.102, de 20 de junho de 1983, inciso II, do art. 40 do Decreto n.º 89.056, de 24 de novembro de 1983 e inciso IV, do art. 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986, que deverá recolher a importância ora arbitrada aos cofres da União, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação desta Portaria, apresentando comprovante do recolhimento a esta Comissão.

KURT PESSEK

(Of. n.º 225/88)

PORTARIAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo item IV, do artigo 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ n.º 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

N.º 74 - Considerando que a Comissão de Vistoria da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul (SR/DPF/RS) concluiu através de Parecer, datado de 16/10/87, entranhado ao Processo n.º 08430-6846/87 - MJ/DPF/SR/RS, de 14/10/87, que a empresa PROSEGUR S/A TRANSPORTADORA DE VALORES, estabelecida à Rua Chicago n.º 191, Porto Alegre/RS, transgrediu a Lei n.º 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto n.º 89.056, de 24 de novembro de 1983, Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986 e Portaria MJ n.º 511, de 05 de dezembro de 1984, com a prática da seguinte irregularidade:

- Utilizar veículo especial de transporte de valores sem o competente certificado de vistoria, contrariando a orientação da Comissão de Vistoria da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul.

Aplicar à empresa PROSEGUR S/A TRANSPORTADORA DE VALORES, a multa de 20 (vinte) vezes o maior valor de referência, em consonância com o disposto no inciso II, do Art. 23 da Lei Federal n.º 7.102, de 20 de junho de 1983, inciso II, do Art. 40 do Decreto n.º 89.056, de 24 de novembro de 1983 e inciso IV do Art. 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986, que deverá recolher a importância ora arbitrada aos cofres da União, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação desta Portaria, apresentando o comprovante do recolhimento a esta Comissão.

(Of. n.º 233/88)

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo item I, do artigo 2º da Portaria MJ n.º 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ n.º 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

N.º 75 - Revogar a autorização para funcionamento na atividade de prestação de serviços de vigilância, concedida à empresa SERVIG - VIGILÂNCIA